

Percepção da transparência pública municipal: interesse dos cidadãos

Perception of municipal public transparency: citizens 'interest

Percepción de la transparencia pública municipal: interés de los ciudadanos

Recebido: 17/07/2020 | Revisado: 07/08/2020 | Aceito: 10/08/2020 | Publicado: 15/08/2020

Andressa Petry Müller

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3985-9539>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: andressa_miler@hotmail.com

Aline Aparecida Züge

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6800-1435>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: aline.aazt@gmail.com

Leander Luiz Klein

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6075-6107>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: leander.klein@ufsm.br

Kelmara Mendes Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8847-0941>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: kelmara@terra.com.br

Nelson Guilherme Machado Pinto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1105-2271>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: nelguimachado@hotmail.com

Resumo

A transparência visa assegurar a publicação de dados e informações governamentais, disponibilizando-as para todos os cidadãos, contribuindo para o controle e aprimoramento da gestão dos recursos públicos. Essas informações têm de ser compreensíveis por todos, para que os indivíduos possam observar o que vem sendo feito e assim opinar, sendo tudo isso determinado na Lei de Acesso à Informação, que preconiza a divulgação de informações. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os cidadãos que acessam os portais de

transparência públicos municipais e como é sua percepção em relação aos mesmos. Foi realizada uma *survey* com 264 indivíduos do Rio Grande do Sul. Como técnicas de análise de dados utilizou-se o teste t, a ANOVA, o Qui-Quadrado de Pearson e a análise fatorial. Os resultados demonstram que a maioria dos cidadãos não acessam o portal de transparência municipal. Além disso, formou-se quatro fatores, sendo que a percepção dos cidadãos de 26 a 35 anos é maior do que aqueles que possuem de 36 a 45 anos em relação ao fator interação, e a percepção dos funcionários de empresa privada é maior do que os funcionários públicos quanto ao fator recursos. Portanto, o fato da maioria dos entrevistados não acessarem o portal de transparência dos municípios demonstra que muito ainda tem que se avançar para que a sociedade participe efetivamente do processo de transparência pública municipal.

Palavras-chave: Participação dos cidadãos; Portal de transparência; Municípios.

Abstract

Transparency aims to ensure the publication of government data and information, making it available to all citizens, contributing to the control and improvement of the management of public resources. This information must be understandable by all citizens, so that individuals can observe what has been done and give their opinion. These things are determined in the Access to Information Law, which provides for the disclosure of information. Thus, the present study aims to analyze the citizens who access the municipal public transparency portals and how they perceive them. A survey was carried out with 264 individuals from the state of Rio Grande do Sul. As data analysis techniques, the t test, ANOVA, Pearson's chi-square and factor analysis were used. The results show that the majority of citizens do not access the municipal transparency portal. Based on factorial analysis, four factors were formed. The perception of citizens aged 26 to 35 years is higher than those aged 36 to 45 years in relation to the interaction factor, and the perception of employees of a private company is greater than public officials regarding the resources factor. Therefore, the fact that the majority of respondents do not access the municipalities' transparency portal demonstrates that much still needs to be done in order for society to participate effectively in the municipal public transparency process.

Keywords: Citizen participation; Transparency portal; Cities.

Resumen

La transparencia tiene como objetivo garantizar la publicación de datos e información del gobierno, poniéndolos a disposición de todos los ciudadanos, contribuyendo al control y la mejora de la gestión de los recursos públicos. Esta información debe ser comprensible para

todos, para que las personas puedan observar lo que se ha hecho y dar su opinión, todo lo cual se determina en la Ley de Acceso a la Información, que establece la divulgación de información. Por lo tanto, el presente estudio tiene como objetivo analizar a los ciudadanos que acceden a los portales de transparencia pública municipal y cómo los perciben. Se realizó una encuesta con 264 individuos de Rio Grande do Sul. Como técnicas de análisis de datos, se utilizaron la prueba t, ANOVA, el chi-cuadrado de Pearson y el análisis factorial. Los resultados muestran que la mayoría de los ciudadanos no acceden al portal municipal de transparencia. Además, se formaron cuatro factores, con la percepción de que los ciudadanos de 26 a 35 años son mayores que los de 36 a 45 años en relación con el factor de interacción, y la percepción de los empleados de una empresa privada es mayor que funcionarios públicos sobre el factor recursos. Por lo tanto, el hecho de que la mayoría de los encuestados no acceda al portal de transparencia de los municipios demuestra que aún queda mucho por hacer para que la sociedad participe de manera efectiva en el proceso de transparencia pública municipal.

Palabras clave: Participación ciudadana; Portal de transparencia; Municipios.

1. Introdução

As ações adotadas pelo governo são de interesse e responsabilidade de todos, pois é a partir da administração pública que ocorre o progresso e o avanço social, tendo como propósito fundamental as pretensões coletivas, a fim de atender as reivindicações que são realizadas (Silva & Vacovski, 2015). Para que se tenha controle e para que haja a efetiva fiscalização das ações executadas, é necessário que a gestão pública divulgue todos os seus dados, torne público tudo que faz, para os cidadãos acompanharem e supervisionarem se as ações estão sendo realizadas adequadamente.

Para tanto, tem-se a transparência, que visa assegurar a publicação de dados e informações governamentais, disponibilizando-as para todos os cidadãos, contribuindo para o controle e aprimoramento da gestão dos recursos públicos. Para Franco, Rezende, Figueiredo & Nascimento (2014), a transparência é um modo mais contemporâneo de divulgação de informações, evidenciando a indispensabilidade da difusão de dados, providos de propriedades proveitosas e avaliáveis.

Tais dados deveriam ser divulgados de forma que fossem compreensíveis pelos cidadãos, sendo apresentados de maneira clara e descomplicada, de fácil acesso, apropriados em sua proporção e particularidade. Desse modo, a transparência visa permitir a participação cidadã, onde a população pode ter conhecimento das decisões que são tomadas pela

administração pública, contribuindo com suas opiniões e concepções, atuando conforme seu papel de cidadão e fortalecendo a promulgação de atos democráticos, sendo que, segundo Silva, Costa, Gomes, Lopes & Lopes (2020) a ausência da transparência tende a afetar negativamente a sociedade.

Esses preceitos ainda são assegurados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), regida pelo nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que assevera o acesso à informação, predispondo os processos que os estados, municípios e a esfera federal deverão contemplar. Garante a divulgação daquilo que é de interesse coletivo, empregando o uso de meios que realizam a difusão de informações e, fortalecendo o monitoramento por parte da população (Brasil, 2011).

Assim, a população tem papel importante frente as ações tomadas pela gestão pública, podendo, a partir dos dados divulgados, observar o que vem sendo feito e opinar naquilo que acham mais adequado, para que sejam atendidas as demandas de todos os cidadãos e seja possível construir uma gestão mais participativa. Para Oliveira (2009) deve haver o fomento da atuação da sociedade promovendo a avaliação e colaboração na administração pública, possibilitando, a partir disso, a expansão e estímulo da democracia.

Portanto, a participação efetiva dos cidadãos é fundamental para que haja a correção de falhas existentes. Cabe a gestão pública divulgar informações de forma correta, clara e precisa, estando disponível para o acesso de qualquer indivíduo, para que assim os mesmos possam compreender de forma correta os dados publicados e desempenhar sua participação cidadã. (Molinari & Clazer, 2015; Silva & Vacovski, 2015). Em vista disso, o acesso as informações é algo indispensável, principalmente quando se refere a gestão pública municipal. É nos municípios que os cidadãos vivem sendo esse o ente da federação mais próximo e direto para o atendimento de demandas consideradas como mais essenciais (Cruz, Ferreira, Silva & Macedo, 2012).

De acordo com o que foi exposto, o objetivo principal desse trabalho é identificar a percepção dos cidadãos que acessam os portais de transparência públicos municipais. Tem ainda como objetivo secundário, identificar o perfil dos cidadãos que não acessam os portais. Isso se mostra fundamental devido ao fato de que a participação da população quanto aos sistemas deliberativos do governo garante a oportunidade de haver um gerenciamento mais efetivo e adequado, prezando pelo atendimento das demandas da sociedade (Jambeiro, Sobreira & Rabelo, 2009). A população também possui papel importante frente às decisões tomadas, auxiliando para que ocorra o controle e verificação destas junto aos âmbitos municipal, estadual e federal, onde a divulgação de informações contribui para que haja a consolidação dos atos

democráticos, aplicando as práticas de cidadania (Pires, Scherer, Santos & Carpes, 2013; Barros, Barros, Souza, Batista & Câmara, 2017).

Para Silva & Diniz Filho (2019), os portais de transparência devem oferecer ao cidadão o acesso livre aos dados de forma clara, prática, autêntica e segura proporcionando assim uma interação dinâmica e confiável quanto a veracidade das informações. É a partir da avaliação desses atores envolvidos no estudo, os cidadãos, que o gestor pode ter uma visão mais abrangente de suas ações e tomar as medidas cabíveis, sendo que, sem essa participação, a gestão pública perde um importante apoio frente a tomada de decisões.

Dessa forma, em razão da carência de estudos que buscam avaliar a transparência e a fim de atingir os objetivos propostos, o presente artigo está estruturado, além desta introdução, em quatro seções. Na segunda seção é exibido o referencial teórico; na seção seguinte, os procedimentos metodológicos utilizados; na quarta seção são demonstrados os resultados obtidos, onde os mesmos são investigados e discutidos e, por fim, são apresentadas as considerações finais, além das sugestões para trabalhos futuros.

2. Referencial Teórico

2.1 Transparência pública

A transparência, apesar de ser algo consolidado, não possui ainda um conceito concreto, pois sua aplicação se refere à diferentes questões, como o processo que ocorre frente a divulgação de dados, sendo a mesma ainda atrelada aos aspectos de acessibilidade e observação dos atos que devem ser empregados (Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015). Ela também vem a ser a forma mais perceptível de assegurar as ações e práticas administrativas do governo, tornando-se uma forte colaboradora para a disseminação e o acesso às informações (Molinari & Clazer, 2015).

Desse modo, a transparência se mostra como um aperfeiçoamento das condutas governamentais, trazendo consigo a procura da validade legal e a promoção de ações apropriadas na Administração Pública, restringindo a distância que existe com os cidadãos, para que assim possa satisfazer as reivindicações da sociedade e fomentar as políticas públicas. Equitativamente, a transparência também visa operacionalizar a gestão e o supervisionamento das atividades empreendidas, cessando com o hábito da confidencialidade administrativa, tendo a incumbência de atuar de forma que haja o encontro dos princípios morais com a política,

levando em consideração como fundamento principal a integridade, a utilidade e a vantagem oferecida (Pires *et al.*, 2013).

Assim, a transparência traz um modo inovador para transmitir informações, as quais são proveitosas e benéficas, e visam alcançar os que são encarregados de realizar deliberações acerca do aspecto público, bem como estendem-se à toda sociedade e garantem a participação cidadã (Franco *et al.*, 2014). “É buscando mostrar a importância da eficiência desses instrumentos de divulgação das ações públicas que se pode despertar na sociedade, uma reação de tentar reverter as ações maléficas da administração pública e suas consequências” (Silva & Diniz Filho, 2019, p. 139).

Dessa forma, possui uma atribuição significativa ao certificar que ocorra a exposição de dados, principalmente os de caráter contábil, utilizando os meios de comunicação que são indispensáveis para proporcionar a presença dos cidadãos nas decisões que são tomadas, garantindo que estes possam avaliá-las, se envolvendo e compartilhando das deliberações realizadas (Jambeiro, Sobreira & Rabelo, 2009). Consequentemente, essa participação dos cidadãos junto à Administração Pública contribui para que não ocorram fraudes, nem se atenda as solicitações de apenas alguns interessados, para benefício de poucos, impedindo práticas como o clientelismo e o nepotismo (Pires *et al.*, 2013).

Essa divulgação de informações também contribui para que haja a consolidação dos atos democráticos, aplicando as práticas de cidadania, onde a população possui papel importante frente às decisões tomadas, auxiliando para que ocorra o controle e verificação destas junto aos âmbitos municipal, estadual e federal (Pires *et al.*, 2013; Barros *et al.*, 2017). Então, a transparência possibilita que se suceda o adequado diálogo entre os cidadãos e o governo, trazendo correspondência frente as solicitações demandadas da sociedade, e a atuação do meio público (Cardoso, Reis, Miranda, Horst, 2018).

Entretanto, para que a transparência atue de forma efetiva, é necessário que as informações sejam divulgadas de forma correta e compreensível para os cidadãos, para que retratem a verdadeira significância que externalizam, de forma que não aparentem ser fraudulentas (Cruz *et al.*, 2012). À vista disso, a Administração Pública, para que se torne socialmente aceitável, deve demonstrar e passar aos cidadãos segurança, integridade e veracidade em seus atos e na apresentação dos mesmos (Pires *et al.*, 2013).

Uma maior comunicação entre governo e sociedade permite que não se realize uma gestão que impõe seus interesses sobre as pretensões da população, onde há a possibilidade de identificação de erros que ocorrem, permitindo melhorias e a obtenção de feedbacks dos cidadãos quanto as propostas realizadas (Jambeiro, Sobreira & Rabelo, 2009). Uma aliada para

que isso aconteça é a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), que foi promulgada em 18 de novembro de 2011 pelo governo federal, a qual determina que todos os municípios, estados e a esfera federal, devem publicar suas informações, utilizando os devidos instrumentos de divulgação, exercitando e desenvolvendo os aspectos de transparência e a integração da sociedade com o governo (Brasil, 2011).

Logo, a Lei de Acesso à Informação determina que cada esfera governamental deverá estabelecer normas distintas, em sua devida legislatura, para que assim possa externar os dados a todos os interessados. Da mesma forma, aqueles que não cumprirem os preceitos que a lei pressupõe, ficam predispostos a receber punições, pois assim há o impedimento da população fazer o uso dos recursos e sistemas que visam facilitar o acesso as informações públicas (Macedo, Valadares, Ribeiro Filho & Silva Júnior, 2020).

Ainda, a Lei de Acesso à Informação, em seu art. 8º, assegura que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (Brasil, 2011). Tal divulgação é assegurada através dos portais de transparência, os quais contribuem para potencializar o acesso aos dados e confiança nas informações disponibilizadas (Gomes, Freire & Sales, 2017).

Esse acesso à informação é primordial na gestão municipal, pois a transparência possui a incumbência de unir o ente federativo e a sociedade, promovendo a ampliação do grau de alcance de dados pelos cidadãos (Santos & Rocha, 2019). Dessa maneira, a transparência municipal requer que haja uma divulgação precedente das informações públicas, a execução de assembleias públicas, o interesse a solicitações realizadas e o ato de administrar os documentos (Pires *et al.*, 2013).

O tema de estudo em questão nesse trabalho pode ser visualizado em outros estudos que enfatizam a aplicação da transparência e da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública dos municípios, como os realizados por Cruz *et al.* (2012); Pires *et al.*, 2013; Barros *et al.*, 2017); Gomes *et al.* (2017). Esses estudos buscam entender como se dá a divulgação de dados nos portais de transparência e se a mesma ocorre, verificando se as informações são divulgadas corretamente, observando os aspectos contábeis, como receitas e despesas, valores orçados e também outros aspectos, como a participação e interação da sociedade com as informações disponibilizadas, propiciando que seja possível entender como decorre a participação cidadã, a existência de práticas transparentes e como estas contribuem para a Administração Pública (Cruz *et al.*, 2012; Pires *et al.*, 2013; Barros *et al.*, 2017; Gomes *et al.*, 2017).

Estudos como esses são essenciais, pois a partir deles é possível identificar como se encontra a questão da transparência e as perspectivas que a permeiam, visto que a mesma é um fundamento básico para a gestão pública, trazendo maior aproximação com a sociedade. Isso tudo só é possibilitado também pela disseminação das informações de modo acessível a toda população.

2.2 O portal de transparência do governo federal

Com a necessidade cada vez maior da sociedade em acompanhar os gastos públicos, e se os mesmos estão sendo feitos de forma responsável, ou não, o governo federal criou o Portal Transparência, uma ferramenta utilizada para o exercício da cidadania e desenvolvimento do país (Martins & Véspolis, 2013). Aliada a esta, a internet serve de ferramenta imprescindível para a transparência, por suas características, permite que grande quantidade de informações esteja acessível a um maior número de pessoas (Allegretti & Platt Neto, 2010).

O Portal de Transparência do Governo Federal foi lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União no ano de 2004. “É um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social” (Brasil, 2019).

Dessa maneira, o Portal da Transparência do Governo Federal, torna-se uma importante fonte de informações sobre a aplicação dos recursos públicos nos programas de governo, disponibilizando as informações ao cidadão. “Em atendimento ao princípio da participação e controle social, as informações disponibilizadas por meio do Portal devem ser tempestivas, confiáveis e acuradas” (Castro Junior, 2018, p. 56).

Com o objetivo de permitir que o cidadão acesse de forma cada vez mais eficiente, fiscalize e assegure a correta aplicação dos recursos públicos, o Governo Federal, através de seus portais na Web, disponibiliza diversas informações, entre eles, o Portal da Transparência (Brasil, 2019). O novo Portal foi lançado em 2018, “Entre as novidades, estão: formas diversas de apresentação dos dados, mecanismo de busca integrado e intuitivo, melhor usabilidade, mais recursos gráficos, integração com redes sociais, maior e melhor oferta de dados abertos, adequação a plataformas móveis, maior interatividade” (Brasil, 2019).

Além do Portal da Transparência, o Governo Federal criou outras formas de acesso às diversas informações e que estão disponíveis ao cidadão. Desse modo, a partir do sítio

eletrônico de acesso às informações públicas é possível fazer o cadastro, pedir e acompanhar informações, bem como obter dados estatísticos (Brasil, 2019).

Da mesma forma, o governo federal disponibiliza, através do Portal Brasileiro de Dados Abertos, dados como compras públicas, Censo Escolar, orçamento federal, eleitores filiados a partidos políticos, geoserviços, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros (Brasil, 2019). Pode ser encontrado também, informações e dados sobre compras realizadas no âmbito do Governo Federal, bem como licitações em andamento e um canal específico para denúncias, solicitações, reclamações ou sugestões ao Governo Federal, através do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) (Brasil, 2019).

Além desses citados acima, o Governo Federal oferece um Portal de Serviços, no qual são disponibilizados diversos links para serviços como emitir comprovante de situação cadastral no CPF, serviços de Previdência Social, como por exemplo, solicitar seguro desemprego, solicitar auxílio emergencial (COVID-19), entre outros.

Sendo assim, o Governo Eletrônico (eGOV) também promove a padronização visual das páginas de todos os órgãos e entidades do Governo Federal na Internet e mantém canais de comunicação com os cidadãos por meio de redes sociais na Internet (Castro Junior, 2018).

Segundo informações do Portal, o acesso não requer usuário e nem senha e é permitido a qualquer cidadão. Os dados provêm de diversas fontes e a periodicidade do envio das informações ao portal depende do assunto tratado. Nessas informações “estão os grandes sistemas estruturadores do Governo Federal – como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras”. Essas informações, após serem carregadas, são disponibilizadas através de painéis, consultas detalhadas, gráficos, dados abertos, entre outros (Brasil, 2019).

Estudos realizados no Brasil sobre governo eletrônico apresentam uma grande preocupação em mostrar o cumprimento da lei nos portais de transparência, com estrutura adequada, bem como apresentar informações de qualidade e com acesso fácil ao cidadão (Cunha, 2005; Pinho, 2008; Santana Junior, 2009; Campos, Paiva & Gomes, 2013).

Para Silva & Diniz Filho (2019), portais de transparência, devem oferecer ao cidadão o acesso livre aos dados de forma clara, prática, autêntica e segura proporcionando assim uma interação dinâmica e confiável quanto a veracidade das informações. Tal tecnologia também

proporciona um maior conhecimento dos atos realizados, bem como do que ocorre no ambiente externo (Pires *et al.*, 2013).

Abdala & Torres (2016) consideram o tema, Portais da Transparência, como sendo um assunto emergente no campo da Administração Pública e destacam trabalhos como de Pinho (2008) e de Sales (2012), como sendo de extrema importância ao tema. Pinho (2008) analisou portais de nove estados e do Distrito Federal, concluindo existir importantes lacunas, principalmente em relação a interação e comunicação com os usuários.

Já a pesquisa de Sales (2012), incluiu todos os estados brasileiros e chega a resultados muito parecidos com Pinho (2008), o que mostra a necessidade de avanços na gestão e funcionalidade dos portais. O trabalho de Abdala e Torres (2016) propôs, ainda, uma análise mais detalhada de cada estado brasileiro e apresentou algumas reflexões sobre as limitações da transparência pública, efetivada, segundo o autor, “mais como uma ilusão do que como um fato social” (Abdala & Torres, 2016, p. 150).

Desse modo, é possível perceber que algumas questões em relação aos portais de transparência e a divulgação das informações precisam ser ajustadas, contribuindo para um melhor entendimento dos dados, além de que é necessário que todas as informações estejam disponíveis. O Portal de Transparência é uma ferramenta que se mostra de suma importância para a participação dos cidadãos frente as decisões que os gestores públicos tomam e contribui para o pleno exercício da democracia.

3. Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem quantitativa, descritiva, do tipo *survey*, sendo que a metodologia escolhida para este estudo se baseia na classificação proposta por Chizzotti (1995). Para o autor, pesquisas quantitativas, preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. Para Fonseca (2002), a pesquisa tipo *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa.

O método amostral empregado se deu através da técnica não probabilística, na qual seleciona os integrantes da população para constituir a amostra, sendo que esta escolha é baseada na concepção do pesquisador (Mattar, 1996). Ainda, a amostra é por conveniência, que

retrata a escolha dos membros da população por meio de sua acessibilidade, sendo que tal critério é utilizado pelo responsável do estudo (Schiffman & Kanuk, 2000).

A população alvo do presente estudo compreende os indivíduos residentes no estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a amostra constituiu-se de 304 cidadãos, sendo que destes, 40 foram excluídos, pois não responderam o questionário de modo completo, assim, a amostra válida é de 264 respostas. Ressalta-se também que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade federal de Santa Maria (CAAE: 31221720.3.0000.5346).

A fim de coletar os dados, foi aplicado um questionário *online* via *google forms*. A primeira seção é composta por perguntas fechadas, que abrangem a percepção dos cidadãos quanto aos dados e informações disponibilizadas no Portal de Transparência do município analisado, as quais são respondidas a partir do uso de uma escala tipo *likert* (discordo totalmente; discordo; indiferente; concordo e concordo totalmente).

Já a segunda seção diz respeito ao conhecimento dos cidadãos em relação ao Portal de Transparência e sua utilização, também sendo utilizada uma escala do tipo *likert* (discordo totalmente; discordo; indiferente; concordo e concordo totalmente), visando avaliar se os cidadãos fazem uso do portal, e se tem conhecimento dessa ferramenta.

Na parte final é questionado sobre o perfil dos pesquisados, com perguntas sobre sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda familiar líquida mensal, se possui dependentes e qual a ocupação.

Desse modo, é apresentada no Quadro 1 uma síntese sobre o instrumento de coleta de dados, observando o bloco de cada conjunto de questões, a quantidade de perguntas de cada agrupamento e suas devidas referências.

Quadro 1 – Síntese do instrumento de coleta de dados.

Bloco	Quantidade de questões	Referência
Percepção dos cidadãos quanto aos dados e informações disponibilizadas no Portal de Transparência do município	13 perguntas (01 a 13)	Gallon et al. (2011); Silva e Bianchi (2017).
Conhecimento sobre o Portal de Transparência e a utilização do mesmo	05 perguntas (14 a 18)	Elaborado pelos autores.
Perfil dos indivíduos	07 perguntas (19 a 25)	Elaborado pelos autores.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A fim de realizar a análise de dados, é utilizada estatística descritiva, a qual tem por finalidade descrever os dados obtidos (Guedes, Acorsi, Martins & Janeiro, 2005). Também é

utilizada a ferramenta SPSS 20.0®, onde é empregado o teste *t* de *Student*, o qual é um teste paramétrico para analisar a média de dois grupos quando os dados possuem uma distribuição normal, sendo realizada a análise de diferença entre médias, identificando quais grupos se assemelham e quais se diferem (Gaddis & Gaddis, 1990; Rodrigues, Lima & Barbosa, 2017). Utiliza-se ainda a análise de variância (ANOVA), que proporciona a comparação, de forma simultânea, da média de inúmeros conjuntos de dados, a partir da aplicação de variáveis contínuas, aplicando o teste *Post Hoc* de *Games-Howell* para diferença de média (Hair Jr., Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009).

Com a finalidade de buscar a associação entre acessar ou não acessar o portal de transparência com as características de perfil, aplicou-se o teste não-paramétrico Qui-Quadrado de Pearson, o qual tem como hipótese nula a existência de independência entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2008).

Já o grau de associação entre as variáveis foi baseado nas medidas estatísticas do Qui-Quadrado, o Phi e o V de Cramer, medidas do grau de associação entre duas variáveis categóricas. O Phi é utilizado com tabelas de contingência 2x2 (quando cada variável tem somente duas categorias). O V de Cramer é utilizado se uma das duas variáveis apresenta mais de duas categorias (Field, 2009). As medidas de associação, segundo Pestana e Gageiro (2008), variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo a 1, existe uma relação perfeita entre as variáveis.

Além disso, para identificar fatores que compõem as questões abordadas, foi utilizada análise fatorial exploratória, a qual consiste em um método estatístico que visa investigar uma quantidade vasta de variáveis, procurando suas inter-relações, descrevendo-as através de fatores, sendo possível abreviar e reduzir as informações das variáveis, através de combinações realizadas com as dimensões originadas, sem que ocorra a perda de dados (Hair Jr. *et al.*, 2009). E, para identificar se a análise fatorial era adequada, utilizou-se o teste de esfericidade de Bartlett, que busca atribuir um valor geral para todas correlações existentes em uma matriz, estabelecendo se, de fato, existem similaridades entre as variáveis, e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), o qual mensura a apropriação da amostra referente ao nível de correlação entre as medidas estabelecidas, expressando valores de 0 a 1, sendo que valores menores que 0,5 são considerados, na presente análise, como insatisfatórias (Hair Jr. *et al.*, 2009).

Da mesma forma, foi realizada a análise através de comunalidades, as quais retratam quanto cada variável representa para cada dimensão (Schawb, 2015). Assim, o menor valor aceitável é 0,5 e caso haja comunalidades que possuem valor inferior a esse resultado, a variável que a representa deve ser rejeitada, sendo que a análise fatorial deve ser executada outra vez (Figueiredo Filho & Silva Júnior, 2010).

A estimação utilizou o método dos componentes principais, o qual restringe o total de variáveis e elabora novas dimensões, sendo possível modificar um grupo primário de variáveis em outro conjunto, chamado então de componentes principais, levando em consideração a variância total e extraindo fatores (Bouroche, 1982; Vicini, 2005; Hair Jr. *et al.*, 2009). Para a rotação de eixos foi utilizado o método de rotação *varimax* normalizado, o qual simplifica as colunas em uma matriz fatorial (Hair Jr. *et al.*, 2009).

Para avaliar a confiabilidade dos fatores foi utilizado o *Alfa de Cronbach*. O mesmo detém de uma relação positiva com a quantidade de elementos na escala, sendo que é aceitável ser admitido um valor de 0,70 ou superior embora em pesquisas exploratórias possa ser diminuído para 0,60 (Hair Jr., Babin, Money & Samouel, 2009).

A partir de todos esses métodos empregados é possível alcançar o objetivo proposto no presente estudo, sendo que os mesmos contribuem para proporcionar o melhor entendimento dos resultados obtidos. Ademais, a metodologia empregada busca corroborar para trazer uma abrangência maior do tema e suas concepções.

4. Resultados e Discussão dos Resultados

É empreendida uma análise descritiva para que seja possível compreender qual é o perfil dos indivíduos que acessam e não acessam o portal de transparência. Para tanto, a Tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos indivíduos que acessam o portal de transparência do seu município e os que não acessam, bem como os resultados do teste Qui-Quadrado de Pearson e valores para Phi e V de Cramer.

Tabela 1 – Análise descritiva do perfil dos entrevistados e Teste Qui-Quadrado de Pearson.

Variável	Acessou o portal de transparência		Não acessou o portal de transparência		Qui ² Pearson	Phi ^a ou V de Cramer ^b
	Frequência	%	Frequência	%		
Sexo					0,517	
Feminino	53	48,2	68	44,2		
Masculino	57	51,8	86	55,8		
Idade					0,009	0,225 ^b [0,009] ^b
Até 25 anos	19	17,3	29	18,8		
De 26 a 35 anos	36	32,7	35	22,7		
De 36 a 45 anos	30	27,3	25	16,2		
De 46 a 55 anos	14	12,7	38	24,7		
Acima de 55 anos	11	10,0	27	17,5		
Estado Civil					0,560	
Casado (a)	51	46,4	77	50,0		
Outros	59	53,6	77	50,0		
Escolaridade					0,001	-0,199 ^a [0,001] ^a
Até o ensino médio	2	1,8	20	13,0		
Ensino superior	108	98,2	134	87,0		
Renda familiar líquida mensal					0,165	
Até 1 salário mínimo	1	0,9	10	6,5		
De 1 a 2 salários mínimos	18	16,4	25	16,2		
De 3 a 4 salários mínimos	28	25,5	35	22,7		
Acima de 5 salários mínimos	63	57,3	84	54,5		
Possui dependentes (filhos, enteados, etc)					0,035	-0,130 ^a [0,035] ^a
Não	42	38,2	79	51,3		
Sim	68	61,8	75	48,7		
Ocupação						
Funcionário (a) de empresa privada	15,5	23	14,9	0,102		
Funcionário (a) Público	56	50,9	61	39,6		
Estudante	21	19,1	29	18,8		
Outros	16	14,5	41	26,6		

Nota: (a) Phi, (b) V de Cramer. Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Tabela 1 apresenta o perfil, através da análise descritiva dos entrevistados e sua relação com o acesso ao portal de transparência, como sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda familiar, possuir ou não dependentes e a ocupação. Em relação a dependência entre as variáveis, observa-se que as variáveis idade (sig 0,009), escolaridade (sig 0,001) e possui dependentes (sig 0,035) apresentam associação com o acesso ao portal de transparência municipal.

Traçando um perfil inicial dos entrevistados, é possível afirmar que dos 264 participantes, a maioria, 154 (44,2% do sexo feminino e 55,8% do sexo masculino) nunca acessou o portal de transparência do seu município. Além disso, 24,7% estão entre a faixa etária de 46 a 55 anos, nível superior (87%), renda acima de 5 salários mínimos, sem dependentes (51,3%) e funcionários públicos (39,6%). Não houve diferença em relação ao estado civil.

Já os indivíduos que acessam o portal totalizam 110 e isso representa 41,67% da amostra pesquisada. Verificou-se que entre estes, 32,7% encontram-se na faixa etária de 26 a 35 anos, casados (46%), possuem nível superior (98,2%), com renda familiar superior a 5 salários mínimos (57,3%), possuem dependentes, filhos ou enteados (61,8%) e funcionários públicos (50,9%).

Ao analisar-se o grau de associação entre as variáveis, observou-se que a “idade” (V de Cramer 0,225) tem uma associação fraca, onde foi possível verificar que indivíduos acima de 46 anos tendem a não acessar o portal de transparência, do mesmo modo que pessoas com menos de 35 anos tem propensão em realizar o acesso, constatando, portanto, que indivíduos mais jovens tendem a acessar as informações públicas. Já para a “escolaridade” (Phi -0,199), houve uma associação fraca, com um maior percentual de indivíduos com ensino superior que não acessam os portais, da mesma forma, a variável “Possui dependentes” (Phi -0,130) apresentou associação fraca, sendo que a maioria dos que acessaram possuem dependentes, ao passo que a maioria dos que não acessam, não possuem dependentes.

Na etapa seguinte, foi realizada a análise fatorial exploratória a partir das questões que buscam compreender qual o entendimento dos cidadãos frente ao portal de transparência. Para as variáveis que permaneceriam na análise fatorial utilizou-se o critério das comunalidades, onde as variáveis com comunalidade extraída iguais ou menores que 0,5 foram excluídas da análise. Destaca-se também, que um fator foi excluído por apresentar apenas uma variável, a qual tratava da participação dos cidadãos em audiências públicas. Essas informações encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Composição dos fatores de percepção do portal de transparência.

Variáveis	Carga fatorial	Variância Percentual
Fator 1 – Recursos municipais (<i>Alpha de Cronbach=0,832</i>)		
Os dados apresentados permitem que eu observe quais são as despesas do município.	0,786	26,926
As informações disponíveis proporcionam que eu possa identificar quais os financiamentos assumidos pelo município, bem como as formas de pagamento do mesmo.	0,757	
As informações divulgadas permitem que eu identifique em quais áreas a Administração Pública está aplicando os recursos.	0,739	
Os dados divulgados permitem que eu avalie a capacidade que tem o planejamento e o orçamento da Administração Pública Municipal.	0,656	
Os dados apresentados permitem que eu verifique a origem das receitas municipais.	0,640	
Os dados publicados possibilitam que eu possa avaliar a situação econômico-financeira da prefeitura municipal, observando se ela é capaz de cumprir com suas obrigações.	0,512	
Fator 2 – Apresentação dos dados (<i>Alpha de Cronbach=0,672</i>)		
A forma como os demonstrativos são divulgados despertam a minha atenção quanto a sua apresentação estética (tipo, tamanho e cores das letras, disposição gráfica, etc.).	0,808	12,610
A representação dos dados apresentados é clara o suficiente para que se proporcione maior transparência para as contas públicas.	0,631	
Fator 3 – Interação da sociedade (<i>Alpha de Cronbach=0,625</i>)		
Eu sei como se dá o funcionamento do portal de transparência municipal.	0,826	8,965
Eu acompanho as informações disponibilizadas no portal de transparência do meu município.	0,697	
Eu tiro dúvidas utilizando a ferramenta e-sic do portal de transparência do meu município.	0,598	
Fator 4 – Aspectos transparentes (<i>Alpha de Cronbach=0,523</i>)		
É necessária a utilização de complementos como: notas explicativas, glossários e gráficos para que se consiga atingir o objetivo de trazer maior transparência as contas públicas.	0,805	7,810
Eu já acessei o portal de transparência do meu município.	0,557	
Os termos utilizados em relação aos dados divulgados (Receita Corrente Líquida, Despesa Liquidada, Restos a Pagar Processados, entre outros.) são compreensíveis.	0,527	
Fator 5 – Publicidade das informações (<i>Alpha de Cronbach=0,662</i>)		
A divulgação das informações públicas trouxe maior transparência à gestão pública do meu município.	0,836	6,869
A publicação das informações públicas contribuiu para o aumento do controle social (participação dos cidadãos) sobre a Administração Pública.	0,792	

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Tabela 2 apresenta a composição dos fatores de percepção do portal de transparência. Percebe-se que foram obtidos 5 fatores, sendo eles: Recursos municipais, Apresentação dos dados, Interação da sociedade, Aspectos transparentes e Publicidade das informações.

Salienta-se que, para verificar a fatorabilidade dos dados foi utilizado o teste de esfericidade de Bartlett e o teste de KMO. Assim, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) apresentou o resultado de 0,748 e o teste de esfericidade de Barlett apresentou significância menor do que 0,001, indicando a fatorabilidade dos dados.

Sendo assim, foi excluída a questão “As informações disponibilizadas me permitem verificar se o município está cumprindo a Lei de Acesso à Informação” por possuir comunalidade extraída baixa (0,447) e, da mesma forma, o fator 4 (Aspectos Transparentes) foi desconsiderado, pois seu *Alpha de Cronbach* foi menor que 0,6 (0,523). Além disso o fator 6 não foi apresentado nem considerado pois deteve apenas uma variável.

Assim, o Fator 1, denominado “Recursos Municipais”, que determina a divulgação dos dados em relação a publicação e aplicação dos recursos do município. Este fator apresentou confiabilidade, através do *Alpha de Cronbach* (0,832), tendo como variância percentual de 26,926%. Já o Fator 2, denominado “Apresentação dos dados no portal” refere-se à forma como os dados são apresentados, tendo variância percentual de 12,610%, e *Alpha* de 0,672 ligeiramente inferior ao valor 0,7, geralmente desejável, no entanto, optou-se pela manutenção do fator, pois, conforme Hair Jr *et al.* (2009), em análises exploratórias valores superiores a 0,6 são razoáveis.

Do mesmo modo, o fator 3, “Interação da sociedade em relação ao portal e às informações”, apresentou *Alpha de Cronbach* de 0,625, representando a interação da sociedade com o portal de transparência. Por fim, o fator 5, “Publicidade das Informações”, que diz respeito a contribuição do portal em relação a transparência e o aumento do controle social, com valor de *Alpha de Cronbach* de 0,662 e a variância percentual de 6,869%.

Para avaliar a percepção média dos entrevistados, os fatores oriundos da fatorial exploratória foram computados a partir da média dos entrevistados a questões que compõem o fator. A fim de observar as possíveis diferenças de percepção segundo as variáveis referentes ao perfil dos indivíduos, foram realizados o teste t e a ANOVA. Todos os resultados obtidos através desses métodos são apresentados na Tabela 3 e Tabela 4, a seguir.

Tabela 3 – Testes de diferença de média para variáveis de perfil.

Variáveis	Recursos		Apresentação		Interação		Publicidade	
	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.
SEXO ¹	0,456	0,650	1,111	0,269	0,968	0,335	1,539	0,127
IDADE ²	1,827	0,129	0,849	0,497	2,671	0,036	0,186	0,945
ESTADO CIVIL ¹	1,425	0,157	0,158	0,875	-0,261	0,795	1,860	0,066
ESCOLARIDADE ¹	-1,394	0,166	-0,394	0,695	-0,852	0,396	-0,496	0,621
RENDA ²	1,574	0,200	2,500	0,064	0,375	0,771	0,591	0,622
DEPENDENTES ¹	-1,960	0,053	-0,542	0,589	-1,081	0,282	-2,705	0,008
OCUPAÇÃO ²	4,389	0,006	1,418	0,242	0,979	0,405	1,709	0,170

Nota: (1) Teste t; (2) ANOVA. Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Na Tabela 3 percebe-se que poucas variáveis mostraram diferença significativa, onde uma delas é a variável ocupação (0,006) no fator “Recursos Municipais”. A variável

“dependentes” apresenta diferenças significativas, indicando que a percepção dos indivíduos que possuem filhos, enteados (média 3,934), e os que não possuem (média 3,524) é diferente em relação ao fator publicidade. Tal ponto de vista determina que ter dependentes ou não interfere na concepção da veiculação de informações dos portais de transparência municipais. A Tabela 4 apresenta os dados obtidos a partir da aplicação de variáveis contínuas, empregando o teste *Post Hoc* de *Games-Howell* para diferença de média, indicando as demais variáveis que apresentam diferença.

Tabela 4 – Teste *Post Hoc* de *Games-Howell* para diferença de média.

Variável	Comparações		Diferença	Sig
Idade	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	0,593	0,008
Ocupação	Funcionário (a) de empresa privada	Funcionário (a) público	0,619	0,014

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Percebe-se, através da Tabela 4, que houveram diferenças de média, ao aplicar o teste *Post Hoc* de *Games-Howell*, em relação as variáveis idade e ocupação. A variável idade apresentou diferenças significativas, em relação ao fator interação.

A percepção dos cidadãos que tem de 26 a 35 anos (média 3,093) é melhor que aqueles que possuem de 36 a 45 anos (média 2,500). Assim, percebe-se que a idade tem capacidade de influenciar o acesso ao portal de transparência, no conhecimento sobre o mesmo e sua utilização. Isso pode ser percebido no estudo de Silva e Bianchi (2017) onde os mesmos retratam que a medida que a idade do indivíduo vai aumentando, o domínio sobre o funcionamento e a busca de informação em ferramentas de acesso à informação, como o portal de transparência, vai diminuindo.

Já em relação a ocupação, os funcionários de empresa privada (média 3,363) possuem uma percepção melhor se comparada com os funcionários públicos (média 2,744), retratando a superioridade de 0,62, em média. Isso demonstra que a profissão influencia na opinião que se possui referente as informações disponibilizadas dos recursos municipais. Tal fato é corroborado por Bartoluzzio, Anjos, Santos e Freire (2019), os quais perceberam no estudo que realizaram que há um acesso significativo nos portais de transparência e uma boa interpretação das informações sobre os recursos da gestão municipal que são divulgados, mas que esses fatos se devem a indivíduos que não são servidores públicos, o que retrata que os funcionários públicos ainda não demonstram estar a par dos aspectos transparentes.

5. Considerações Finais

A transparência é indispensável para o efetivo controle da administração pública, contribuindo para que todo cidadão possa ter acesso às informações, promovendo o controle social e garantindo uma adequada gestão pública. Para tanto, é necessário que haja a participação dos cidadãos nas ações tomadas, onde os mesmos podem dar sua opinião e contribuir com as demandas coletivas, mas isso é possível somente se as informações forem divulgadas corretamente e de modo compreensível.

A partir disso, a presente pesquisa, ao avaliar o acesso aos portais de transparência públicos na perspectiva dos cidadãos, trouxe como resultados que grande parte dos indivíduos entrevistados, os quais são residentes do estado do Rio Grande do Sul, não acessam o portal de transparência de seu município, onde, destes, o maior percentual refere-se ao sexo masculino, com faixa etária de 46 a 55 anos, nível de escolaridade ensino superior, renda acima de cinco salários mínimos, são funcionários públicos e não possuem dependentes. Tais resultados são surpreendentes pois esperava-se que -cidadãos bem instruídos, mais abastados financeiramente e inseridos no meio público, tivessem maior interesse pela transparência pública municipal.

Além disso, formou-se quatro diferentes fatores, sendo que o fator que apresentou uma percepção inferior foi apresentação dos dados (2,750), seguido de interação da sociedade (2,821), após recursos municipais (2,967), e o fator que deteve melhor percepção foi referente a publicidade das informações (3,777). Tais resultados vão ao encontro do estudo de Silva e Bianchi (2017) onde observou-se que a disponibilização das informações é um dos aspectos de maior importância. Ainda, percebeu-se que apenas a ocupação, a idade e possuir dependentes apresentam diferenças, sendo que para o fator interação, indivíduos que possuem de 26 a 35 anos é maior do que aqueles que possuem de 36 e 45 anos, e em relação ao fator ocupação, a percepção dos funcionários de empresa privada é maior do que os funcionários públicos.

O fato da maioria dos entrevistados não acessarem o portal de transparência dos municípios demonstra que muito ainda tem que se avançar para que a sociedade participe efetivamente do processo de transparência pública. Verifica-se que a participação cidadã é de suma importância, pois a medida que a gestão pública divulga os dados e atende aos preceitos legais, mas não existe participação dos cidadãos, o processo de dar transparência aos atos públicos não é completo, pois segundo Costa e Silva (2019), o Estado precisa ser capaz de adaptar-se as determinações realizadas e a população deve estar atenta e auxiliar a gestão pública supervisionando as ações empreendidas e envolvendo-se de forma efetiva.

Dessa forma, é notável a importância que se tem em investigar quais razões podem levar ao desinteresse dos cidadãos frente as informações divulgadas nos portais de transparência, pois é a partir da presença destes nas decisões tomadas que se tem uma gestão pública mais eficiente e democrática. Ainda há carência de uma relação direta entre a sociedade e o governo, sendo este aspecto de fundamental importância para prover os meios necessários, afim de atender as demandas, pois é através da participação cidadã que se cumpre legitimamente o interesse coletivo e se obtém os recursos necessários para empreender o pleno exercício da gestão pública.

Então, é possível concluir que muito se fez em termos de legislação, a fim de regulamentar a viabilidade de toda sociedade poder ter acesso à informação, mas pouca disposição se tem por parte da população em observar os dados divulgados. Portanto, ainda é necessário empregar ações que visem a conscientização dos indivíduos sobre a importância de acessar o portal de transparência e participar da gestão pública, fomentando o interesse da população.

O estudo possui como limitações o número de indivíduos que responderam o questionário, a abrangência, por ter abordado apenas o estado do Rio Grande do Sul, além do fato de estabelecer um número delimitado de questões e variáveis. Desse modo, sugere-se, para estudos futuros a avaliação como outras variáveis que possam explicar a percepção dos indivíduos em relação ao portal de transparência, a aplicação em uma amostra maior de respondentes e em mais locais.

Referências

Abdala, P. R. Z., & Torres, C. M. S. de O. e. (2016). A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 8(3), 147-158.

Allegretti, D. dos S., & Platt Neto, O. A. (2010). Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, 9(26), 79-95.

Barros, C. da C., Barros, F. M. da C., Souza, F. J. V. de, Batista, E. M., & Câmara, R. P. de B. (2017). Transparência na gestão pública: um estudo do atendimento dos municípios do estado

Rio Grande do Norte a lei complementar nº 131/2009. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, 9(2), 200-221.

Bartoluzzio, A. I. S. de S., Anjos, L. C. M. dos, Santos, M. R. L. dos, & Freire, R. de S. (2019). Percepção dos cidadãos sobre os portais da transparência do governo estadual e das gestões municipais em Pernambuco. *Revista da CGU*, 11(18), 1116-1133.

Bouroche, J. M., & Saporta, G. (1982). *Análise de dados*. Rio de Janeiro: Zahar.

Brasil. (2011) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. *Planalto*, Casa Civil, Brasília, DF.

Brasil. (2019). *Sobre o Portal*. Recuperado de <http://www.transparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>

Brasil. (2019). *Acesso à informação*. Recuperado de <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

Brasil. (2019). *Portal Brasileiro de Dados Abertos*. Recuperado de <http://www.dados.gov.br/>

Brasil. (2019). *Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV)*. Recuperado de <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>

Campos, R., Paiva, D., & Gomes, S. (2013). Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. *Revista Sociedade e Estado*, 28(2), 393-417.

Cardoso, K. B., Reis, A. de O., Miranda, M. S., & Horst, T. A. (2018). Análise dos mecanismos de transparência na administração pública de Governador Valadares-MG. *Revista do CEPE*, Santa Cruz do Sul, 47, 100-116.

Castro Junior, O. V. de. (2018). *Competência em Informação para o Uso do Portal da Transparência do Governo Federal: Requisito para um efetivo controle social das despesas*

públicas no Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Chizzotti, A. (1995). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Costa, C. E. de M., & Silva, L. A. R. (2019). O controle social e a transparência na gestão pública. *Revista Gestão Universitária*, 1-1.

Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., Silva, L. M. da, & Macedo, M. A. da S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.

Cunha, M. A. V. C. (2005). *Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo*. Artigo apresentado no X Congresso Internacional del CLAD, Santiago, Chile.

Field, A. (2009). *Descobrendo a Estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Penso Editora.

Figueiredo Filho, D. B., & Silva Júnior, J. A. da. (2010). Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, Campinas, 16(1), 160-185.

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.

Franco, L. M. G., Rezende, D. A., Figueiredo, F. de C., & Nascimento, C. do. (2014). Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da internet. *Revista de Ciências da Administração*, 16(38), 140-153.

Gaddis, G. M., & Gaddis, M. L. (1990). Introduction to biostatistics: Part 4, statistical inference techniques in hypothesis testing. *Annals of emergency medicine*, 19(7), 820-825.

Gallon, A. V., Trevisan, R., Pfitscher, E. D., & Limongi, B. (2011). A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal publicados nos jornais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, 16(1), 79-96.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFGS.

Gomes, F. R., Freire, R. de S., & Sales, J. D. A. (2017). Transparência pública em portais de institutos de previdência municipais da Paraíba: A *accountability* foi esquecida? *RIC – Revista de Informação Contábil*, 11(2), 52-68.

Guedes, T. A., Acorsi, C. R. L., Martins, A. B. T., & Janeiro, V. (2005). *Estatística Descritiva*. Projeto de ensino – Aprender fazendo estatística. Recuperado de http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.

Hair Jr., J. F., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2009). *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.

Hair Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. (6a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). *Rio Grande do Sul – Panorama*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>.

Jambeiro, O., Sobreira, R., & Rabelo, P. (2009). TICs e Gestão Pública em Planos Diretores de cidades brasileiras. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, 11(3).

Macedo, S. V., Valadares, J. L., Ribeiro Filho, W. F., & Silva Júnior, A. C. da. (2020). Transparência local: Implicações da Lei de Acesso à Informação em municípios mineiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 15(2), 100-117.

Martins, G. A. *Estatística geral e aplicada*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Martins, P. L., & Véspoli, B. de S. (2013). O Portal da Transparência como Ferramenta para a Cidadania e o Desenvolvimento. *Revista de Administração da Fatea*, 6(6), 93-102.

Mattar, F. (1996). *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas.

Molinari, A. P., & Clazer, E. A. (2015). *Índices de transparência: Um estudo nos municípios que compõem a AMCESPAR*. Artigo apresentado no Congresso Internacional de Administração, Ponta Grossa, PR, Brasil.

Neto, J. M. M. (2015). Estatística multivariada: uma visão didática-metodológica. *Revista crítica na rede – Filosofia da ciência*, 9.

Oliveira, J. B. F. de. (2009). Governo Eletrônico: Uma visão sobre a importância do tema. *Revista Informática Pública*, 11(1), 07-13.

Pegoraro, D. (2019). *Transparência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul: uma análise sob a óptica dos diferentes Stakeholders*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pires, A. M., Scherer, F. L., Santos, M. B. dos, & Carpes, A. de M. (2013). Transparência da gestão pública municipal: Um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/RS. *Revista Estudos do CEPE*, (38), 131-160.

Pinho, J. A. G. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 42(3), 471-493.

Rodrigues, C. F. de S., Lima, F. J. C. de, & Barbosa, F. T. (2017). Importância do uso adequado da estatística básica nas pesquisas clínicas. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, 67(6), 619-625.

Sales, T. S. (2012). Acesso à Informação, Controle Social das Finanças Públicas e Democracia: análise dos portais da transparência dos Estados brasileiros antes e após o advento da Lei nº 12.527/2011. *Direito Público*, 9(48).

Santana Junior, J. J. B. de, Libonati, J. J., Vasconcelos, M. T. de C., & Slomski, V. (2009). Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(3), 62-84.

Santos, L. N. dos, & Rocha, J. S. (2019). A importância da transparência para o fortalecimento da gestão pública democrática. *Id on Line – Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 13(44), 892-904.

Schawb, A. J. (2015). *Eletronic Classroom*. Recuperado de <http://www.utexas.edu/ssw/eclassroom/schwab>.

Schiffman, L. G., & Kanuk, L. L. (2000). *Comportamento do consumidor*. (6a ed.). Rio de Janeiro: LTC Editora.

Silva, C. B., & Bianchi, M. (2017). *Análise de conformidade e percepção dos servidores públicos acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei do Acesso à Informação no município Guaíba/RS*. Artigo apresentado no II Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

Silva, D. C. V. S. da, & Vacovski, E. (2015). A transparência na administração pública como instrumento facilitador para o controle social. *Caderno Gestão Pública*, 7(4), 67-86.

Silva, D. F. da, Costa, G. G. G. da, Gomes, L. F., Lopes, D. F., & Lopes, M. do S. B. (2020). Transparência e universalização dos Índices de Água e Esgoto no Estado do Pará, Brasil. *Research, Society and Development*, 9(8), 1-20.

Silva, M. S. da, & Diniz Filho, J. W. de F. (2019). O comportamento do índice de transparência na gestão fiscal nos três poderes do governo federal. *RAGC*, 7(29), 138-153.

Vicini, L. (2005). *Análise multivariada: da teoria à prática*. UFSM: CCNE.

Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 137-158.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Andressa Petry Müller – 23%

Aline Aparecida Züge – 23%

Leander Luiz Klein – 18%

Kelmara Mendes Vieira – 18%

Nelson Guilherme Machado Pinto – 18%